

A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, O SNC E A MULTIDISCIPLINARIDADE NA APLICAÇÃO DAS NORMAS

AUTORES

António Martins
Carlos F. Gomes
Daniel Taborda
Maria Elisabete Ramos

© os autores dos textos e Edições Almedina, 2024

Todos os direitos reservados

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Avenida Emídio Navarro, 81, 3.º D - 3000-151 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

REVISÃO

Teresa Martins

CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S. A.

PAGINAÇÃO

Rosa Baptista

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ARTIPOL - www.artipol.net

1.ª edição: fevereiro 2024

DEPÓSITO LEGAL

526926/24

ISBN

978-989-40-1711-0

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1 — DIREITO E NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO	13
MARIA ELISABETE RAMOS	
1.1. Noção jurídico-civil e contabilística de «contrato oneroso» [NCRF 21]	13
1.1.1. «Contrato oneroso» é um conceito não especificamente contabilístico	13
1.1.2. A NCRF 21 pressupõe a noção jurídico-civil de contrato	14
1.1.3. À NCRF 21 não se aplica o conceito jurídico-civil de «oneroso»	16
1.2. Locação e «acordos de locação» [NCRF 20 e 9]	18
1.2.1. Classificações jurídico-civis de locação	18
1.2.2. Locação financeira e contrato de locação financeira	19
1.2.3. Locação operacional	23
1.3. Prestação de serviços e réditos [NCRF 20]	23
1.4. Venda, venda forçada e preço de venda	26
1.4.1. «Significativos riscos de propriedade» e «risco insignificante de propriedade»	26
1.4.2. Venda forçada — sentido jurídico-civil e contabilístico [NCRF 14]	28
1.5. Obrigações conjuntas e solidárias [NCRF 21]	30
1.6. Garantias especiais das obrigações — garantias reais e garantias pessoais	31
1.6.1. Garantias reais e garantias pessoais	31
1.6.2. O caso da garantia autónoma «à primeira solicitação»	35

1.7. Indemnização e «ativos de indemnização» [NCRF 14]	36
1.7.1. Sentido contabilístico de «ativos de indemnização»	36
1.7.2. As cláusulas de «declarações e garantias»	37
1.8. Concentração de atividades empresariais [NCRF 14]	39
1.8.1. Noção contabilística de concentração de atividades empresariais	39
1.8.2. Órgão de gestão e indícios de controlo de uma entidade sobre outra entidade	41
1.8.3. Controlo através da aquisição «de mais de metade dos direitos de voto da outra entidade»	45
1.8.4. Controlo através do «poder para nomear ou demitir a maioria dos membros do órgão de gestão da outra entidade»	48
1.9. Companhia de seguros mútuos e entidade cooperativa mútua	50
1.10. Sociedade aberta e entidade cotada em bolsa	53
1.11. Valores mobiliários	56
1.11.1. Valores mobiliários atípicos	56
1.11.2. Valores mobiliários representativos de dívida e valores mobiliários representativos de capital próprio	58
1.12. Instrumentos financeiros	59
1.12.1. Relevância empresarial	59
1.12.2. Futuros	60
1.12.3. Opções	62
1.12.4. <i>Swaps</i>	64
Referências bibliográficas	65
CAPÍTULO 2 — JULGAMENTOS DOS GESTORES SOBRE MATÉRIAS CONTABILÍSTICAS E SEUS IMPACTOS NA OPINIÃO DOS AUDITORES	67
DANIEL TABORDA	
2.1. Introdução	67
2.1.1. O dever de prestar contas e o objetivo da imagem verdadeira e apropriada	68
2.1.2. O juízo sobre a materialidade	74
2.2. A correção dos erros de períodos anteriores e os seus efeitos fiscais [NCRF 4]	77
2.2.1. A violação do princípio da periodização económica	80
2.2.2. As tributações autónomas sobre as despesas não documentadas	86

2.3. As estimativas nos contratos de construção e o reconhecimento de provisões [NCRF 19 e 21]	89
2.3.1. A regra do balanceamento	90
2.3.2. As revisões de preços e os trabalhos adicionais	95
2.3.3. As garantias de clientes e as perdas esperadas do contrato	97
2.3.4. O cálculo das provisões para garantias a clientes	98
2.4. Desinvestimento em imóveis — das propriedades de investimento aos ativos não correntes detidos para venda [NCRF 8 e 11]	103
2.4.1. A decisão de transferir o imóvel de PI para ANCDV	106
2.4.2. As diferenças de mensuração entre as PI e os ANCDV	107
2.4.3. A importância dos peritos	108
Referências bibliográficas	111
CAPÍTULO 3 — A RELAÇÃO ENTRE A CONTABILIDADE E AS FINANÇAS EMPRESARIAIS	113
ANTÓNIO MARTINS	
3.1. Introdução	113
3.1.1. Da contabilidade para as finanças: breve nota sobre o uso da informação contabilística na função financeira empresarial	114
3.1.2. Das finanças para a contabilidade: uma primeira abordagem ao uso das ferramentas financeiras na informação contabilística empresarial	117
3.2. Imparidade de ativos: alguns contributos das finanças para a sua utilização [NCRF 12]	120
3.2.1. Taxas de desconto a aplicar em testes de imparidade	121
3.2.2. Taxas de desconto no apuramento de imparidades em empresas cotadas	123
3.2.3. Um estudo de caso	127
3.2.4. Taxas de desconto no apuramento de imparidades em empresas não cotadas	130
3.3. Os efeitos de alterações em taxas de câmbio [NCRF 23]	138
3.3.1. Algumas notas gerais sobre a NCRF 23	139
3.3.2. As diferenças cambiais na NCRF 23	140
3.4. Impostos sobre o rendimento [NCRF 25]	146
3.4.1. O <i>goodwill</i> e os impostos diferidos na NCRF 25	153
3.5. Instrumentos financeiros: complexidade na respetiva classificação e mensuração [NCRF 27]	159

3.5.1. Notas sobre a distinção entre capital próprio e passivo	163
3.5.2. Aspectos financeiros sobre capital próprio e passivos	164
3.5.3. Aspectos contabilísticos sobre capital próprio e passivos	165
3.5.4. Os instrumentos financeiros híbridos: um caso internacional	166
3.5.4.1. Obrigações convertíveis	169
3.5.5. A cobertura de riscos financeiros: um exemplo baseado em mercadorias (<i>commodities</i>)	171
3.5.6. Perdas por imparidade em clientes	173
3.5.6.1. Apresentação sintética da empresa GAMA S.A.	173
3.5.6.2. A estrutura de rendimentos, gastos e resultados, património e fluxos de caixa	174
3.5.6.3. Análise da rendibilidade do capital da empresa e sua evolução	180
3.5.6.4. O equilíbrio financeiro	182
3.5.6.5. O risco da atividade e fatores que o influenciam	184
3.5.6.6. Conclusão sobre a situação económico-financeira do cliente GAMA S.A.	185
Referências bibliográficas	185
 CAPÍTULO 4 — OS ATUAIS DESAFIOS DAS EMPRESAS E O SEU IMPACTO NA VIDA ÚTIL DOS ATIVOS	187
CARLOS F. GOMES	
4.1. A empresa como um sistema dinâmico	187
4.2. O desenvolvimento sustentável [NCRF 26, IFRS S1 e S2]	191
4.3. A transformação digital	200
4.4. O impacto dos atuais desafios na vida útil dos ativos e seu relato [NCRF 6, 7 e 12]	202
4.5. Gestão da vida útil dos ativos	215
Referências bibliográficas	220
Apêndice A — Indicadores de sustentabilidade de empresas	223
Apêndice B — Indicadores de desempenho de manutenção	227
Anexo A — Dimensões de informação da IFRS S1 e requisitos de divulgação	231
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES	239

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A Contabilidade Financeira é um importante sistema de informação subjacente às decisões de gestão tomadas na esfera das entidades empresariais. Entre nós, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que resulta das tendências harmonizadoras da Contabilidade, integra diversas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Estas normas facultam aos profissionais que se ocupam da produção da informação contabilística um vasto conjunto de preceitos acerca do reconhecimento, mensuração, divulgações e outros tópicos relevantes sobre a temática tratada em cada NCRF.

A crescente complexidade da vida económica e empresarial determina que as transações e outros eventos que a Contabilidade tem de registar e divulgar a diversas partes interessadas exijam conhecimentos multidisciplinares. Só assim é possível reconhecer, mensurar e divulgar acontecimentos relacionados com ativos tecnologicamente sofisticados que envolvem contributos essenciais da engenharia. Ou eventos societários cuja substância só se apreende com o enquadramento jurídico adequado. Ou instrumentos financeiros cujo tratamento pela Contabilidade requer largos contributos das finanças empresariais. Todas estas áreas do conhecimento que se relacionam com a Contabilidade colocam desafios permanentes aos preparadores da informação financeira e também aos auditores, chamados a emitir uma opinião sobre essa informação.

Daí que as tarefas atualmente exigidas no domínio da Contabilidade façam um progressivo apelo a conhecimentos de outras áreas disciplinares. É esta perspetiva da multidisciplinaridade que se exige aos profissionais da Contabilidade que fez nascer a ideia desta obra.

Os quatro docentes da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) que se propuseram escrever o presente livro procuraram temas nos quais fosse bem visível essa relação entre as suas áreas académicas de formação